

Emenda ao Projeto de Lei n.º 619 de 2007 (do Poder Executivo)

“Regulamenta o art. 60, inciso III, alínea “e”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.”

Art. 1º – Altera o art. 3º do Projeto de Lei n.º 619/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º—Para os fins desta Lei, são consideradas atividades do magistério público da educação básica as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar, as de coordenação e assessoramento pedagógico e **as de auxiliar de serviço e de secretaria**.

.....

JUSTIFICAÇÃO

A fixação de um piso salarial profissional é uma justa reivindicação do magistério público em todo o País, porém é necessário assegurar condições financeiras reais de trabalho. Para um país se desenvolver, é indispensável que a educação seja, de fato, a preocupação maior do governo, da administração do Estado.

O objetivo é valorizar a carreira e recuperar a dignidade dos profissionais da educação. Melhorar a qualidade do ensino, por meio de profissionais mais qualificados e melhor remunerados. Combater as desigualdades regionais a fim de possibilitar a elevação das condições de trabalho, de formação e de remuneração de todos os profissionais da educação no país.

Para os atuantes do ensino são considerados profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais do que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência, incluindo-se direção ou administração escolar, planejamento, inspeção,



supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica; e atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério.

Um auxiliar de serviço deve ter qualificação específica dentro da área de ensino, já que lidará com crianças e demais alunos. Ademais, deve saber lidar com dia-a-dia da sala de aula e cantina. Assim, os trabalhadores em educação sem a habilitação exigida para a função, em exercício da docência ou de **funções de suporte** pedagógico e **administrativo** nas escolas e nos órgãos dos sistemas de ensino, **deverão se enquadrar nos planos de carreira**, desde que participem de programas de habilitação profissional na área da educação.

Por entender que é imprescindível, de fato, assegurar aos profissionais do ensino básico um piso salarial mais adequado, apresentamos a presente Emenda.

Sala da Comissão, 19 de abril de 2007.

Deputado Gilmar Machado
PT/MG



B4DC366536